



A EXPANSÃO URBANA E A SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM LOCALIDADE RURAL: Ponta Grossa dos Fidalgos tem Morar Feliz

POHLMANN, Maria Alice

Doutoranda de Políticas Sociais – UENF

e-mail: oliveira.pohlmann@gmail.com

FARIA, Teresa Peixoto

e-mail: teresa.uenf@gmail.com

1 – INTRODUÇÃO

Devido ao acelerado e intenso processo de urbanização ocorrido no século XX no Brasil, a separação entre cidade e campo ficou muito tênue, segundo os autores Abramovay (2000), Rua (2001), Alentejano (2003), entre outros, uma vez que a cidade cresce transformando, principalmente, as terras rurais mais próximas da cidade, passando a constituí-las como solo urbano e alterando, com isso, a morfologia existente entre cidade e campo.

Até 1938 o Brasil não teve dispositivo legal que estabelecesse diferença entre cidade e vila. Era costume elevar à condição de vila, ou mesmo diretamente à condição de cidade, rústicas sedes de freguesias. Assim como também não havia um critério definidor dos espaços rural e urbano no Brasil (VEIGA, 2002.p,64)

O Decreto-Lei 311/1938 entra em vigor estipulando sobre a divisão territorial do País, no Art. 3º estabelece que “toda a sede de município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, enquanto o Art. 4º regulamenta o distrito, citando que “esse será designado pelo respectivo nome de sua sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila”. Além disso, nele também está previsto que todos os municípios e distritos precisam ter áreas urbanas e suburbanas e que as áreas urbanas municipais e distritais devem ter respectivamente 30 e 200 moradias, no mínimo.

Essa normativa foi criada para delimitar as cidades no País, regulamentando-se, dessa forma, a distinção oficial entre o rural e o urbano. A partir daí, todas as sedes



municipais (pequenos povoados ou simples vilarejos), não importando suas características funcionais ou estruturais ou sua população, foram transformadas em cidades.

A cidade, por sua vez, é definida como “a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal”, enquanto os distritos “são unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2000, p.16).

Para Abramovay o critério brasileiro de distinção rural/urbano, apontando algumas restrições como: 1) a definição do rural é feita em parte pelos poderes públicos municipais muito mais interessados na arrecadação fiscal do que nos aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais; 2) todo aglomerado populacional que possuir serviços públicos, poderá ser definido como urbano, o que leva os pequenos distritos a serem denominados urbanos e; 3) a definição do rural, geralmente, se baseia na carência, que não é um critério adequado, seja qual for o ponto de vista (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

A urbanização brasileira é um fenômeno recente. A partir dos anos 1940 começa-se a observar o crescimento das taxas de urbanização no país. No período a população ainda era tida em sua maioria como rural. Na década de 1970, conforme censo realizado pelo IBGE, a população brasileira tornou-se mais urbana e, desde então não houve regressão nas taxas de urbanização, chegando a exorbitante taxa de 81% no ano 2000, como demonstram os resultados obtidos pelo IBGE através do censo do mesmo ano.

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais, continentes de novas territorialidades dos grupos sociais. Na escala intraurbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidade e novas periferias. Na escala interurbana e regional, são produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território (SOARES,2006).

Miranda (2008) afirma que o processo de configuração espacial urbana erural, no Brasil, é compreendido por três fases: a primeira estende-se até 1950quando prevalecia a oposição entre os pólos rural/urbano claramente delimitados; a segunda, caracterizada pelos processos de industrialização, migração e urbanização que



configuraram o domínio do urbano e a dependência do rural; e a terceira, quando a ocupação do espaço não mais permite claras delimitações.

Uma das questões atreladas ao crescimento das cidades consiste na problemática habitacional, na qual despontam como principais agentes o usuário, que tem nas classes populares assistidas de forma condicionada e precária seu maior expoente, os proprietários fundiários e capitalistas que objetivam, primordialmente, a obtenção de lucro para reprodução de seu capital, além do próprio Estado, que se instrumentaliza, principalmente, de políticas públicas para agir, condicionadas, sobretudo, por conjunturas dependentes de fatores políticos, econômicos e sociais. (RIBEIRO; PECHMAN, 1995 apud HOLANDA 2011)

As ações destes agentes influenciam no processo de expansão territorial da cidade, e a questão habitacional engloba um processo que exemplifica esta afirmativa, pois o Estado, através de políticas públicas habitacionais, voltadas, sobretudo, para a população considerada de baixa renda que é extremamente dependente dessas políticas para ter acesso a moradia, e que acaba envolvendo outros elementos, como grandes construtoras e proprietários imobiliários promovem ações que tem como um dos principais resultados, a construção de conjuntos habitacionais que são justificados pelo discurso que alega a diminuição do déficit habitacional no Brasil.

Mas não podemos esquecer que a instalação da maioria dos conjuntos habitacionais nas cidades brasileiras, reforça uma forma de expansão territorial da cidade que é sustentada por espaços de segregação e reprodução das desigualdades socioespaciais, criando espaços que são marcados por contradições, e geralmente, abrigam uma leva da população de baixa renda, sendo quase sempre desprovidos das devidas condições de infraestrutura, apresentando-se inadequados para muitas das famílias que passam a ocupá-los, não oferecendo serviços básicos como saúde, educação, saneamento, além de não proverem as devidas condições de acesso às áreas da cidade munidas de tais serviços.

Essa reconfiguração espacial das cidades, ocorrida nas últimas décadas do século XX, ocasionou mudanças nos fenômenos de periferias e centralidades. Estas não mais apresentam características claramente antagônicas, como observado em períodos anteriores.



Em Campos dos Goytacazes, a construção dos conjuntos do Programa Municipal de Habitação Morar Feliz, cujo objetivo é garantir moradia digna para a população pobre e periférica da cidade, observa-se que no primeiro momento ocorreu a expansão da periferia urbana, adentrando área rural mais próxima e criando “novos territórios” e em um segundo momento fazendo com que essa expansão se direciona para áreas mais distantes, alcançando localidades rurais nos distritos e fazendo dessas áreas “novas áreas de segregação socioespecial.

À medida que a urbanização se expande assumindo uma forma espraiada, as áreas rurais e de transição rural-urbana tornam-se zonas de interesses e conflitos diversos, pois concentra um grande estoque de terras, mananciais, matas, a produção rural, além dos conflitos urbanos como a questão da moradia.

A cidade de Campos dos Goytacazes em 1978 tem a elaboração do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC), instrumento urbanístico que impulsionou o processo de expansão urbana sobre as áreas rurais, ao publicar leis de mudanças de uso do solo e de conversão de terras rurais em urbanas. Já em 2008 o Plano Diretor Participativo do Município de Campos dos Goytacazes, elaborado segundo as exigências do Ministério das Cidades, definiu novas áreas de expansão, tendo como base a lei de uso e ocupação do solo e de zoneamento do PDUC (1978), regulando e criando as áreas especiais de interesse social (AEIS) destinadas à produção de novas moradias populares.

Desta forma podemos dizer que a expansão de Campos, nas últimas décadas, se assemelha ao descrito por Sposito (2010): pela associação entre proprietários de terras localizadas no entorno das cidades e incorporadores urbanos, os quais elaboram o projeto de parcelamento das terras localizadas no limite rural/urbano.

O desenvolvimento desse trabalho analisa as primeiras observações realizadas no conjunto Recanto dos Pássaros do PMF construído em Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito de Tocos, situada a poucos metros da Lagoa Feia, cuja principal atividade econômica é a pesca, em novembro de 2014, a prefeita reeleita inaugura o conjunto com 84 casas que contemplou as famílias que moravam na beira da Lagoa Feia.

O nosso objetivo é compreender os impactos gerados no cotidiano dos moradores e na paisagem de Ponta Grossa após a construção do conjunto, pois este



estaria levando as problemáticas urbanas como a segregação e a violência, dificultando ainda mais a distinção entre rural/urbano?

2 - EXPANSÃO URBANA E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

A expansão urbana nas metrópoles e nas cidades de porte médio a partir da segunda metade do século XX no Brasil foi, historicamente, marcado por um processo de acumulação de desigualdades socioespaciais e pela implementação de políticas públicas que estruturaram um modelo centro/periférico responsável por um contínuo deslocamento da mancha urbana para as áreas rurais.

Desta forma as relações entre a cidade e o campo também são historicamente diferenciadas, e essa diferenciação está diretamente relacionada com a intensidade da urbanização e seu espraiamento. Silva (2002) afirma que, no caso brasileiro, os usos tradicionalmente rurais estão cada vez mais permeados de urbanidades. Seja a partir dos modelos econômicos de produção, seja a partir dos usos e ocupação do solo.

Na abordagem clássica o rural é definido como um espaço associado às atividades que mantém relações diretas com a natureza. Quanto à forma, sua organização apresenta a dispersão da população. O urbano o contrário, se caracteriza por uma complexa organização, tendo na concentração populacional sua principal marca. É visto ainda como locus da divisão do trabalho e da concentração do capital.

Para Biazzo (2009) campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade.. No que tange à realidade espacial brasileira, evidencia-se a formação de extensas periferias urbanas, o que, anteriormente, era um fenômeno restrito às grandes cidades, hoje, acontece em cidades médias tornando a periferização uma configuração urbana expandida. Esse processo é tão acelerado e intenso que atinge os distritos próximos da malha urbana.

No Brasil, os distritos são subdivisões municipais, que não tem autonomia administrativa e funciona um local de organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede de município – a cidade. (ARAÚJO,2008).

Percebemos que essa extensão da periferia direciona-se cada vez para mais longe e paralelamente observamos que certos distritos passam a ter uma grande proximidade



com a cidade, devido o processo acelerado e violento de expansão da mesma. Quando isso acontece esses distritos municipais podem ser vistos como locais de transição devido ao surgimento de uma relação dialética entre o rural e o urbano causando um hibridismo nesse território. Esse hibridismo pode causar uma confusão identitária, já que ao mesmo tempo em que se percebem como moradores rurais, estes moradores passam a ter com as melhorias da maneira de viver que representam uma melhor “qualidade de vida” e determinados elementos do modo de vida rural podem desaparecer.

3 - EXPANSÃO URBANA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Historicamente, a expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes ocorre segundo Faria (2000; 2005), no sentido centro periferia. O Plano Urbanístico de 1944 concebido pela empresa Coimbra Bueno, no governo municipal de Salo Brand, orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas, e definiu o centro como zona comercial, financeira e administrativa e como o “centro histórico”, consolidou a importância da área central e adjacências, e suas representações de área privilegiada e hierarquizada, impulsionando o processo de divisão e diferenciação dos espaços, e, conseqüentemente, de segregação urbana (Faria 2001).

Com o Golpe Militar (1964) iniciou um processo de “modernização tecnocrática” difundida pelos diversos setores do regime militar, os quais repercutiram sobre o espaço urbano, culminando com a proposta de elaboração de planos urbanísticos e diretrizes técnicas para normatizar as condutas na ocupação do espaço das cidades brasileiras (Moreira, 2010).

Neste contexto, em 1978, uma equipe técnica juntamente com o Prefeito e arquiteto Raul David Linhares elaboram o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC) ¹, que foi o instrumento urbanístico que impulsionou o processo de expansão urbana sobre as áreas rurais, ao publicar leis de mudanças de uso do solo e de conversão de terras rurais em urbanas, constituindo-se também, em uma ferramenta

¹ O PDUC (1979) foi desenvolvido através do convênio FNDU nº 13/78, celebrado entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas – CNPU, outros órgãos do governo federal, o governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado. O referido convênio atribui ao Município de Campos a execução do PDUC com recursos próprios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assim, a prefeitura, através da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional – FUNDENOR – contratou e realizou os trabalhos com bases nos termos de referência elaborados pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado – SECPLAN. (O plano foi atualizado em 2002)



importante para entender a relação que se coloca entre o Estado e os proprietários de terras do entorno da cidade (Zacchi, 2012).

A Lei nº 5.251 de 27 /12/1991 que instituiu o Plano Diretor de Município de Campos dos Goytacazes, na gestão do prefeito Anthony Garotinho, em relação ao processo de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes previstas nas diretrizes contidas no art. 14º aponta três vetores como área de expansão urbana: os núcleos de Barra do Furado, Cabo de São Tomé e Açú, cujos núcleos se localizam na Baixada Campista e seu entorno; ao longo da orla da Lagoa de Cima sentido BR-101Sul, e o último em direção à Travessão sentido BR-101 Norte.

Já no Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes, de 2008, elaborado segundo as exigências do Ministério das Cidades, define novas áreas de expansão, tendo como base a lei de uso e ocupação do solo e de zoneamento do PDUC (1978) regula, através dos instrumentos definidos no *Estatuto da Cidade*, a ocupação dos espaços vazios para que exerçam a função social, criando zonas especiais de interesse social (AEIS) destinadas à produção de novas moradias populares.

3.1 - A POLÍTICA HABITACIONAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

O problema habitacional em Campos dos Goytacazes, até 1988 foi prioritariamente tratado pelos governos federais e estaduais, além de iniciativas privadas, ficando o Poder Público Municipal com uma competência residual, estritamente baseada em poucas atribuições, como calçamento de ruas e transporte coletivo urbano (PÓVOA, 2002).

Em 1970 instala-se em Campos uma agência da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB/ RJ). Esse órgão cuidava da elaboração do projeto de casas e do acompanhamento e fiscalização da construção.

A crise do SFH e a de todo setor habitacional aprofundou-se durante o período 1985/1989. Com a extinção do BNH o setor entrou em grave crise institucional (PÓVOA, 2002).

Com a Constituição de 1988 e a conseqüente descentralização das políticas habitacionais, pela primeira vez na história havia na Lei Maior do país um capítulo exclusivamente voltado para a política urbana, prevendo uma série de



instrumentos para a garantia, em limites municipais, do direito à cidade, a defesa da função social da cidade e da propriedade, além da democratização da gestão urbana. Assim, a partir de 1989 a Prefeitura de Campos dos Goytacazes inicia projetos de habitação na cidade. Em 1990 é criado o Departamento de Habitação e Assentamentos Humanos, que estava ligado à Secretaria de Promoção Social. Até 1991 esse Departamento cadastrou cerca de 3000 famílias com renda abaixo de três salários mínimos (AZEVEDO; BASTOS, 1991).

A Prefeitura criou, em 1991, a Empresa Municipal de Habitação – EMHAB (Lei n.º 5.172 de 18 de junho de 1991), com o objetivo de promover a execução da política de habitação, saneamento básico, desenvolvimento urbano integrado, a regularização das áreas ocupadas e as pertencentes ao Município.

No final da década de 90, ocorre uma transformação radical dessa realidade orçamental em função da aprovação da Lei do Petróleo² que estabelece como forma de indenização da exploração petrolífera na bacia de Campos a transferência de royalties. Com isso o orçamento municipal passou a ter muitos recursos para executar programas de assistência social, para aplicar na melhoria e ampliação da infraestrutura, sem que houvesse necessidade de firmar parcerias com o governo estadual e federal.

Segundo Oliveira & Pedlowski (2012) este aporte financeiro deixou o governo municipal numa situação bastante confortável no que tange a investimentos em diversos setores econômicos e sociais do município. Apesar disso, até 2002 foram mantidas parcerias entre o município e a CEHAB-RJ (Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, que resultaram na construção de 700 moradias através do Programa de Moradia a R\$1,00³.

Assim, a partir do final da década de 1980, vários programas habitacionais foram criados no município (Póvoa, 2002; Duarte, 2008), citamos alguns exemplos: “Pode entrar que a casa é sua” (1990-2008), “Vale-construção” (1991), “Cada família tem um lote” (1991), “SOS

²Lei ordinária n.º 9 478, de 6 de agosto de 1997, que pôs fim ao monopólio da Petrobrás na exploração de Petróleo no Brasil e estabeleceu o pagamento de compensações financeiras aos Estados e municípios produtores através das *royalties* do petróleo e também das participações especiais pelo aumento na produtividade dos poços.

³Este programa foi executado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro entre o final da década de 90 e o início do século 21, onde as famílias beneficiárias deveriam pagar mensalmente o valor de R\$ 1,00 para a aquisição da moradia. Entretanto, grande parte destas famílias não chegou sequer a receber o carnê para o pagamento das prestações.



Habitação” (1993), loteamento “Terra Prometida” (1992); “Comunidade Legal” (2000, 2005, 2007 e 2008. “Casa Nova” (2007).

Em 2010, na gestão da prefeita Rosinha Garotinho um dos problemas importantes era diminuir o déficit habitacional, pois a cidade iria receber os impactos gerados pelo grande empreendimento na região era a construção dos Portos do Açú e de Barra do Furado, ambas são regiões próximas ao município. Desta forma a prefeitura de Campos prevê em um crescimento “alarmante”, estimando que a sua população chegue a 800 mil habitantes até 2025 (ARRUDA, 2014).

Considerando que Campo, de acordo com os dados censitários de 2010, tinha 463.545 habitantes e com essa expectativa muito grande de crescimento da densidade populacional, o poder público lança a política pública habitacional o programa Morar Feliz, como pode ser verificado no decreto municipal nº. 055/2011, o qual estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do PMF.

A cidade de Campos, segundo estudos de Pohlmann, Faria (2010,2011) e Arruda (2014) em 2007 a cidade continha 32, mas os dados censitários de 2010 favelas apresentam apenas 25, as setes favelas que não existiam mais, eram: Estrada do Carvão, em Goytacazes; Estrada do Carvão, no Parque Rui Barbosa; Canema, em Goytacazes; Parque Prazeres; Palestra, no Parque Santa Helena; Escova Urubu, em Travessão e Farofa, no Presidente Vargas.

À essa periferia, o poder público municipal Campos dos Goytacazes, a partir de 2010 lança o programa municipal de habitação - Programa Morar Feliz, cuja inserção segregadora no espaço urbano é reforçada, já que os mesmos localizam-se em áreas predominantemente residenciais, afastadas do centro da cidade, apresentando problemas quanto à oferta de mobilidade, escolas, violência, mas possuindo água, rede de esgoto, luz, ruas asfaltadas e calçadas padronizadas, casas adequadas para moradores portadores de algum tipo de deficiência físicas.

Em 2014 esses conjuntos são expandidos para os distritos e localidades rurais do município, seguindo o mesmo padrão de construção das áreas urbanas. Segundo os dados que a Secretaria de Assistência Social e Família, responsável pela implantação do programa, pelo cadastramento das famílias que receberam as casas, na área dos distritos os 26 conjuntos estão distribuídos nos distritos do município de Campos, da seguinte forma: Ururaí, Ururaí II e III (Ururaí), Morro do Coco, Conselheiro Josino, Tocos, Ponta



Grossa(localidade rural pertencente ao distrito de Tocos), Goytacazes I, II e II (Goytacazes), Santo Eduardo, Vila Nova , Santa Maria, Lagoa de Cima, Rio Preto, Donana (localidade pertencente ao distrito de Goytacazes), Farol (Xexé) Serrinha, Três Vendas, Campo Novo, Cantagalo, Ponta da Lama, Dores de Macabú, Macaco (localidade pertencente a Dores de Macabú), Saturnino Braga, Baixa Grande.

O artigo faz um recorte nos distritos contemplados com essa política pública e a área a ser analisada é Ponta Grossa dos Fidalgos, que se localiza no distrito de Tocos na Baixada Campista.A escolha da área da Baixada Campista é devido sua importância desde o século XVIII com os primeiros canaviais e os engenhos, mas foi no século XIX que ocorreu a implantação maciça das usinas de açúcar; a primeira usina foi construída em 1879, a Usina Central do Limão, e demais usinas que funcionaram até os anos 1990, quando a crise do setor sucro-alcooleiro se aprofundou na região.

Com o fracasso da indústria sucroalcooleira, a atividade que continuou sendo realizada foi da indústria de cerâmica e a pecuária. Porém essa região vem recebendo intervenções e investimentos do poder público municipal desde 2002, quando novas indústrias financiadas pelo FUNDECAM⁴ são instaladas em alguns distritos da Baixada Campista, porém algumas não obtiveram sucessos ocorrendo um processo de instabilidade de recuperação econômica da região.

A partir de 2011, com intensificaram os investimentos urbanísticos realizados por parte do poder público municipal com o programa Bairro Legal⁵ e os investimentos realizados pelo setor imobiliário com a implantação dos condomínios residenciais de alto e médio padrão proporcionando transformações visíveis na paisagem e no modo de viver de seus habitantes. Mas ao mesmo tempo o poder público municipal de Campos dos Goytacazes.Entende-se aqui que o processo de urbanização deve ser analisado a partir de critérios demográficos, econômicos e geográficos, associados a um conjunto de características culturais e sociais. A partir dessas ponderações a questão que orienta o

⁴FUNDECAM – Fundo de Desenvolvimento de Campos, criado em 2001 com o objetivo de gerar o desenvolvimento regional com o dinheiro proveniente dos royalties do petróleo, fomentando o setor produtivo da região, viabilizando investimentos externos e internos, sobretudo em pequenas e médias empresas capazes de gerar empregos e renda.

⁵Programa Bairro Legal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Infraestrutura, foi implantado a partir de 2011, realizando obras de infraestrutura em diversos bairros da cidade, como: construção de galerias de águas pluviais e de redes de drenagem, instalação de rede de esgotamento sanitário, sinalização, pavimentação das ruas, construção de calçadas com acessibilidade, iluminação, sinalização, instalação de lixeiras e tratamento paisagístico. Esse programa é gerido por verba oriunda dos royalties do petróleo da prefeitura.

artigo é: compreender os impactos gerados no cotidiano dos moradores e na paisagem de Ponta Grossa após a construção do conjunto, pois este estaria levando as problemáticas urbanas como a segregação e a violência, dificultando ainda mais a distinção entre rural/urbano?

4 - PONTA GROSSA DOS FIDALGOS: TEM MORAR FELIZ

Ponta Grossa dos Fidalgos é uma localidade do 17º distrito de Tocos situado na região da Baixada Campista do município de Campos dos Goytacazes. Ponta Grossa dos Fidalgos é situada a poucos metros da Lagoa Feia, tendo como principal atividade econômica, a pesca, mas encontramos pequenos agricultores e criação de gado.

A localidade possui um pequeno comércio, mas não possui escola e posto de saúde, os moradores têm que ir até Tocos que não fica tão distante. Segundo o site da prefeitura o conjunto de Ponta Grossa foi o segundo conjunto entregue em área rural, pois o primeiro foi o de Dores de Macabú.

O conjunto Recanto dos Pássaros, que possui duas ruas principais e três transversais, todas receberam nomes de pássaros, não possui árvores e pouco comércio dentro da área do conjunto. As casas já receberam alterações, todas possuem muros e portões bem altos, esse padrão foi construído devido a presença forte do tráfico de drogas, que demarca seu território com barricadas, sendo este último uma ameaça aos moradores do conjunto e do seu entorno.

Os conjuntos do PMF, tanto na periferia urbana quanto nas localidades rurais, trazem conflitos sociais e ambientais. Segundo Acselrad(2009), o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infraestrutura e sim pela falta de investimentos e manutenção dos equipamentos urbanos para a cidade, como um todo. Na realidade, temos uma desigualdade social no acesso aos serviços urbanos, que acabam demonstrando os conflitos que essa desigualdade vai gerar no espaço urbano e, agora, no caso de Campos dos Goytacazes, no espaço rural também.

Com relação os problemas sociais e ambientais observados remetem ao fato que esses moradores estarem mais distantes da área central da cidade, muitos desses conjuntos se encontram no meio de canaviais e andando no conjunto deparamos com problemas na rede de esgoto e a coleta de lixo,

O problema da mobilidade é muito sério no conjunto, principalmente no final de semana e mesmo durante a semana nem sempre é garantido o trânsito regular de vans, devido o conflito entre facções ou até mesmo gerentes da mesma facção na localidade. Ponta Grossa, segundo um morador é uma região muito disputada pelo tráfico, devido a Lagoa Feia servir como principal entrada de drogas e armas para o tráfico.

Devido a forte presença do tráfico no conjunto, o comércio local tem sofrido prejuízos, pois as pessoas não vão a Ponta Grossa para saborear um peixe frito aos finais de semana, a entrega de mercadoria nem sempre consegue ser realizada ocasionando um problema de abastecimento.

O programa habitacional é mal visto e repudiado por grande parte dos moradores da localidade, gerando um conflito eterno entre a população local e os moradores dos conjuntos, pois a localidade tem carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc., “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos, pois estes serviços já eram reivindicados pelos moradores da localidade, não tendo sido atendidos pela prefeitura.

5 – CONCLUSÕES

Desde o início do processo de expansão da cidade as terras rurais próximas sofrem transformações, pois são utilizadas para criação de novos bairros, ou mesmo crescimento da periferia. Um dos grandes problemas que o espaço urbano enfrenta é o déficit habitacional, tanto que este se tornou um problema estrutural grave, apesar de terem se realizado ao longo da história diversas políticas públicas a fim de minimizar o problema, nenhuma delas conseguiu ainda solucionar os fatores causadores do mesmo, como a acentuada desigualdade social vigente.

Os conjuntos habitacionais edificados através dos empreendimentos financiados com recursos públicos para as classes de baixa renda é uma das formas mais marcantes de produção da cidade atualmente, caracterizada pela incorporação de áreas geralmente extensas e pela transformação extremamente rápida da paisagem urbana, que, geralmente, contribui para a segregação.

Com a construção dos conjuntos do programa Morar Feliz nos distritos, percebemos que esses aspectos também foram identificados no conjunto Recanto dos



Pássaros, na localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos, no distrito de Tocos, na região da Baixada Campista, a presença do conjunto consolidou a presença de problemas urbanos, como a violência em grande proporção na localidade, algo bem urbano e que antes não existia com essa intensidade. Outro aspecto observado é que tanto os moradores do conjunto quanto os moradores da localidade estão segregados

6 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Texto para discussão 702. Rio de Janeiro: IPEA, 37.p
- ARRUDA, A.P.S.N – Política Habitacional e Direito à Cidade: a experiência do programa “Morar Feliz”, em Campos dos Goytacazes. Tese de Doutorado em Sociologia Política – Universidade Estadual Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2014
- BLAZZO, P.P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária: IV ENGRUP, São Paulo, FFLCH/USP, p 132-150, 2008
- FARIA, T.J.P. As Reformas Urbanas de Campos e suas contradições. O Plano de 1944 uma nova ordem social e urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, 2000, p. 1-14.
- _____. 2001. Projeto de Modernização e Mudança da Morfologia Social e Urbana de Campos dos Goytacazes/RJ nos anos 1870-1880 – Novos equipamentos e Infraestrutura Urbana. (In) *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, vol.2, pp785-796.*
- _____. 2005. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades velhas estruturas. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina: Do Labirinto da Solidão ao Espaço da Solidariedade. São Paulo. v. 1. p. 78-99.
- _____. 2011. Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas, no Brasil? In. Anais do III Congresso Internacional *Poderes, territórios, identidades.* UFES, Vitória.
- FARIA, T. J. P.; Pohlmann, M. A. R. O. 2013. Políticas públicas e desigualdades socioespaciais: gestão para uma cidade justa? In: Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos. Lima.



- Oliveira, J. C. P. & Pedlowski, M. A. 2012. **Estado e Programas Municipais de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes**. Lisboa. Revista Análise Social, nr. 204 – Vol. XLVII. Terceiro Trimestre.
- Póvoa, F.M.R. 2002. **A Municipalização da Política de Habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ.
- RUA, J. 2001- Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, Cláudio J; RIBEIRO, Marta F (org) Estudos de Geografia Fluminense. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p27-42
- SOARES, P. R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E. S. SPOSITO, M. E. B.. SOBARZO, O. (Orgs.). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).
- VEIGA, J.E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula, Editora Autores Associados, São Paulo, 2002